



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

ESTUDOS PRELIMINARES

UNIDADE DEMANDANTE:

Academia Judicial - AJ

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA:

I.1 Qual a necessidade pública?

A Academia Judicial, Escola de Governo do Poder Judiciário de Santa Catarina, é o setor voltado especificamente ao desenvolvimento humano, cultural e científico dos magistrados, servidores e colaboradores, com o fim último de melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais oferecidos pelo Poder Judiciário catarinense.

Na busca constante por formação, aperfeiçoamento e qualificação, a Academia Judicial, dentre outras iniciativas, desenvolve e realiza, por si, em parceria com outras unidades do Tribunal de Justiça e também com entidades externas ao Poder Judiciário, diversas iniciativas educacionais, como cursos, encontros, fóruns, oficinas, simpósios, conferências, palestras, etc.

Sem perder de vista a devida ênfase na política de valorização e prestígio dos talentos internos, não há como olvidar que, em muitas das vezes, o sucesso e eficiência das demandas passa pela necessidade de contar também com formadores e instrutores externos ao Poder Judiciário Estadual.

Em regra, tais participações demandam contratações públicas por inexigibilidade de licitação que, quando na modalidade presencial, trazem consigo, além do valor dos honorários pela atividade formativa, necessidades logísticas do contratado, especialmente com deslocamento, hospedagem e alimentação durante a realização do evento.

Com efeito, a possibilidade de assunção dessas despesas acessórias pelo Poder Judiciário tem previsão na normativa interna (Resolução GP n. 8/2023), todavia persiste a necessidade de prover os meios para a sua efetivação.

Atualmente as necessidades de deslocamento são atendidas por contratações para aquisição de passagens aéreas e fornecimento de transporte terrestre, este que também é provido por frota própria, tudo sob o gerenciamento da Diretoria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça.

Quanto ao fornecimento de hospedagem e alimentação, não obstante o contrato de infraestrutura geral para os cursos e eventos realizados pela Academia Judicial contemple itens dessa natureza (Contrato n. 37/2022 – vigente até 29/09/2026), sua utilização tem se dado somente para as iniciativas realizadas no interior do Estado.

Isso porque a região da Grande Florianópolis, tratando-se sabidamente de área de grande importância turística nacional e internacional, ostenta valoração excepcional (maior) dos mercados de hospedagem e alimentação, em comparação com o restante do território catarinense.

Bem por isso, o fornecimento desses serviços para os cursos e eventos promovidos na Grande Florianópolis mantém contratação distinta/específica, atualmente na modalidade emergencial, por força do Contrato n. 37/2025, com vencimento próximo (04/07/2026) e sem possibilidade de renovação.

Diante de todo o exposto, para que a Academia Judicial possa concretizar a sua missão institucional de aperfeiçoamento e qualificação de magistrados, servidores e colaboradores, encontra-se a necessidade pública firmada na viabilização do comparecimento de formadores e instrutores externos ao Poder Judiciário Estadual aos cursos e eventos que promove.

I.2 Será uma contratação inédita?

Não se trata de contratação inédita.

I.3 Como esta necessidade pública vem sendo atendida até o momento?

Os serviços de fornecimento de hospedagem e alimentação para cursos e eventos promovidos pela Academia Judicial na Região da Grande Florianópolis vem sendo realizados por força de contratação emergencial, Contrato n. 37/2025, vigente até 4 de julho de 2026.

I.3.1 Qual o número do processo administrativo da contratação anterior?

Processo administrativo n. [0050532-65.2025.8.24.0710](#)

I.4 Em que data a contratação para o atendimento desta necessidade precisa estar vigente?

No dia 5 de julho de 2026.

II PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Docs. n. [10514584](#) e [10582621](#) do Processo n. [0091714-31.2025.8.24.0710](#)

III REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

III. 1 Requisitos funcionais:

III.1.1. A entrega dos itens de hospedagem e alimentação será de acordo com os serviços necessários para realização de cada curso ou evento realizado, obedecendo aos critérios de quantidade, qualidade e localização definidos pela Academia Judicial.

Justificativa: Cada iniciativa tem as suas características e particularidades, demandando mais ou menos serviços de hospedagem e alimentação de acordo com suas especificidades, logo, para cada curso ou evento, a Contratada deve entregar os serviços conforme solicitados pela Contratante.

III.1.2. Os serviços de hospedagem e alimentação não estão obrigatoriamente atrelados.

Justificativa: Novamente devido à pluralidade dos cursos e eventos, é perfeitamente possível que iniciativas demandem apenas um desses serviços, que portanto, devem ser dissociados, com possibilidade inclusive de fornecimento de alimentação por estabelecimentos não hoteleiros, aumentando a gama de fornecedores.

III.1.3. Quando houver fornecimento de hospedagem e alimentação em ambiente hoteleiro, a alimentação deverá ser fornecida no mesmo hotel de hospedagem, ou a critério da Academia Judicial.

Justificativa: Sempre que possível, deve-se priorizar a alimentação no local da hospedagem, otimizando tempo e evitando possíveis atrasos ou problemas na logística para o comparecimento do instrutor ao local do evento.

III.1.4. Quando houver apenas fornecimento de alimentação, esta deverá ser oferecida em restaurantes próximos ao local do curso ou evento.

Justificativa: Considerando variáveis como carga horária e distância de deslocamento, é imprescindível a proximidade do restaurante ao local da iniciativa, facilitando a logística e evitando atrasos.

III.1.5. Os hotéis e estabelecimentos comerciais fornecidos devem estar situados a até 5 quilômetros de distância do local de realização do curso ou evento.

Justificativa: Essa metodologia é imprescindível para fins de logística, economicidade e sucesso da prestação do serviço, haja vista fatores como o fluxo do trânsito, que embora imprevisível, costuma ser bastante congestionado na Região da Grande Florianópolis, assim como a economia de combustível, porquanto a grande maioria dos deslocamentos são realizado pela frota do PJSC.

III.1.6. A escolha da hospedagem que será fornecida tem como referência o Website

booking.com.

Justificativa: Trata-se de um portal de viagens renomado e que utiliza a classificação de “estrelas”, o que facilita na escolha do tipo de hospedagem, localização e demais características dos serviços.

III.1.7. A relação dos hotéis e suas respectivas categorias podem ser encontradas no link: www.booking.com.

III.2 Requisitos não funcionais:

III.2.1. O fornecedor dos serviços deve ter por objeto social a prestação de serviços de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos, nos moldes da Lei n. 11.771/2008.

Justificativa: A Política Nacional de Turismo pratica uma definição ampla do segmento, abrangendo não apenas lazer, mas também negócios e comparecimento em eventos, o que implica dizer que o setor de eventos, por força de lei, é integrado ao sistema de turismo. A norma prevê expressamente que “somente poderão prestar serviços de turismo a terceiros, ou intermediá-los, os prestadores de serviços turísticos quando devidamente cadastrados no Ministério do Turismo” (art. 22 da Lei n. 11/771/2008). Além disso, o parágrafo 2º do mesmo dispositivo estabelece que o certificado de cadastro corresponderá ao objeto das atividades a serem exercidas. Nesse contexto, considerando que na prática administrativa somente são reconhecidos como prestadores de serviços turísticos de eventos os estabelecimentos cujo objeto social inclua, de forma expressa, atividades como gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos, há que se estabelecer o presente requisito.

III.2.2. O fornecedor dos serviços deve possuir ampla experiência e notória especialização em sua área.

Justificativa: Considerando a natureza essencial e sensível dos serviços de hospedagem e alimentação, os quais impactam diretamente a saúde, a segurança, o conforto e o bem-estar dos usuários, bem como os riscos inerentes à sua execução inadequada, justifica-se a exigência de que a empresa contratada comprove ampla experiência e notória especialização no ramo. Tal exigência é proporcional, pertinente ao objeto e necessária para assegurar a execução contratual eficiente, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da segurança jurídica e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

III.3 Requisitos de sustentabilidade:

III.3.1. Priorização dos estabelecimentos com práticas comprovadas de redução de consumo (aquecimento solar, sensores, reuso de água).

Justificativa: contempla fornecedores com práticas de eficiência energética e hídrica, apresenta menor custo operacional indireto e reduz impactos ambientais ao longo da execução contratual.

III.3.2. Priorização dos estabelecimentos que adotem a política de troca de enxoval mediante solicitação do hóspede.

Justificativa: a troca programada de roupas de cama e banho reduz o consumo de água, energia elétrica e produtos químicos, sem prejuízo à qualidade do serviço contratado.

III.3.3. Priorização dos estabelecimentos que realizam a separação de resíduos recicláveis e destinação ambientalmente adequada.

Justificativa: gestão adequada de resíduos sólidos, alinhada à política ambiental vigente e à redução de impactos ambientais decorrentes da hospedagem/alimentação.

III.3.4. Escolha de meios de hospedagem e alimentação próximos ao local de execução dos cursos e eventos.

Justificativa: redução de deslocamentos, consumo de combustíveis, emissões de gases poluentes e custos indiretos para a Administração.

III.3.5. Priorização de alimentos produzidos local ou regionalmente, reduzindo distâncias de transporte e emissões de carbono.

Justificativa: reduz impactos ambientais relacionados ao transporte de insumos, além de fomentar o desenvolvimento econômico local, atendendo ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

III.3.6. Adoção de práticas de controle de porcionamento, reaproveitamento seguro e destinação adequada de resíduos orgânicos.

Justificativa: mitigação do desperdício de alimentos, reduzindo a geração de resíduos orgânicos e os impactos ambientais decorrentes de seu descarte, o que se mostra vantajoso ambiental e economicamente.

IV ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE:

IV.1 Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Hospedagem em hotel cinco estrelas - Single	diária	200
2	Hospedagem em hotel quatro estrelas - Single	diária	200
3	Hospedagem em hotel três estrelas - Single	diária	50
4	Alimentação/almoço em ambiente hoteleiro cinco estrelas	unidade	200
5	Alimentação/almoço em ambiente hoteleiro quatro e três estrelas	unidade	200
6	Alimentação/almoço fora do ambiente hoteleiro	unidade	100
7	Alimentação/jantar em ambiente hoteleiro cinco estrelas	unidade	200
8	Alimentação/jantar em ambiente hoteleiro quatro e três estrelas	unidade	200
9	Alimentação/jantar fora do ambiente hoteleiro	unidade	50

Os quantitativos dos serviços necessários são meramente estimativos, uma vez que não há como prever efetivamente quantas diárias e almoços/jantares serão necessários para realização dos cursos e eventos pela Academia Judicial, de modo que não há obrigação de contratação dos serviços em sua totalidade (regime de empreitada por preço unitário).

IV.2 Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

A demanda pelo fornecimento dos serviços de hospedagem e alimentação nos cursos e eventos realizados pela Academia Judicial existe desde que a instituição de ensino optou por promover eventos presenciais com a participação de formadores e instrutores externos ao Poder Judiciário Estadual.

Com efeito, a indefinição/incerteza sobre o quantitativo de utilização dos serviços decorre diretamente da quantidade de cursos e eventos que serão realizados pela Academia Judicial no período, que por sua vez é impactada por diversos fatores: a) de gestão interna, como por exemplo a alternância na direção executiva, que a cada administração implementa uma

política institucional com impacto maior ou menos na quantidade e modalidade dos cursos e eventos realizados; b) pelas próprias características específicas de cada iniciativa de ensino, que conduzem a sua realização na modalidade presencial, aumentando a demanda pelo serviço, ou a distância, mitigando essa necessidade; c) e até por fatores externos e imprevisíveis, como foi o período de epidemia pelo Corona Vírus, em que a realização de cursos e eventos ficou totalmente paralisada.

De todo modo, a título de ilustração, apresenta-se o panorama de utilização do contrato atual de fornecimento de hospedagem a atualização, contabilizadas as utilizações dos últimos 10 meses, de acordo com a planilha de controle da Seção de cursos e eventos da Academia Judicial:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade contratada	Qu u (10
1	Hospedagem em hotel cinco estrelas - Single	diária	150	
2	Hospedagem em hotel quatro estrelas - Single	diária	150	
3	Hospedagem em hotel três estrelas - Single	diária	50	
4	Alimentação/almoço em ambiente hoteleiro	unidade	300	
6	Alimentação/almoço fora do ambiente hoteleiro	unidade	100	
7	Alimentação/jantar em ambiente hoteleiro	unidade	300	
8	Alimentação/jantar fora do ambiente hoteleiro	unidade	100	

IV.3 Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no Planejamento Estratégico Institucional ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?

Não.

IV.4 Haverá fixação de quantidade mínima por pedido, em caso de aquisição de bens?

Não se aplica, uma vez que não se trata de aquisição de bens.

V. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO e ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Com base em análise das práticas do mercado, identificou-se soluções que eventualmente poderiam atender à necessidade pública:

1. Opção pela modalidade dos cursos e eventos a distância: atualmente, a grande maioria das iniciativas de ensino realizadas pela Academia Judicial são não presenciais, todavia, existem cursos/eventos que necessitam ser ofertados de forma presencial e que eventualmente demandam a contratação de hospedagem e alimentação para elementos externos – participantes, docentes e autoridades – que não recebem retribuição financeira ou que a recebem nos padrões da

normativa interna da Academia Judicial.

2. Realizar os cursos e eventos sem prover hospedagem e alimentação aos formadores e instrutores externos: nos casos de necessidade de oferta presencial, considerando as variáveis da carga horária do curso/evento e a distância de deslocamento, é fundamental o fornecimento de hospedagem e alimentação aos elementos externos – participantes, docentes e autoridades – que não recebem retribuição financeira ou que a recebem nos padrões da normativa interna da Academia Judicial.

3. Fornecimento indireto de hospedagem e alimentação, por meio de reembolso ou fornecimento de “vales”: ainda que seja viável a oferta de hospedagem e alimentação por meio de reembolso ou da disponibilização de vales aos participantes, essa prática implica desafios operacionais, como a necessidade de comprovação individual de despesas, variações na qualidade do serviço contratado pelos beneficiários, e ausência de padronização na experiência oferecida.

4. Contratação direta de estabelecimentos especializados (hotéis e restaurantes): alternativa inviável diante da necessidade de existir opções de hospedagem e alimentação sempre disponíveis, não havendo como a programação dos cursos/eventos da Academia Judicial ficar sujeita à uma eventual lotação do hotel ou locação do restaurante na data programada.

5. Contratação de empresa especializada na disponibilização de hospedagem e alimentação para execução no regime de empreitada por preço unitário: assegura a disponibilidade perene de estabelecimentos com padrão mínimo de qualidade, permite maior controle institucional sobre a execução do serviço, simplificando o acompanhamento e a prestação de contas.

Dessa forma, verifica-se o atendimento de cada uma das soluções à necessidade pública, em síntese:

	Descrição	Atendimento à necessidade	Valor Estimado	
1	Opção pela modalidade dos cursos e eventos a distância	Não atende	Não há investimento em hospedagem e alimentação nos cursos e eventos a distância	
2	Realizar os cursos e eventos sem prover hospedagem e alimentação aos formadores e instrutores externos	Não atende	Não há investimento em hospedagem e alimentação nesses casos	
3	Fornecimento indireto de hospedagem e alimentação, por meio de reembolso ou fornecimento de “vales”	Atende parcialmente	Não identificável, devido à variação das despesas reembolsáveis, estas dependentes dos valores efetivamente comprovados pelos usuários	
4	Contratação direta de estabelecimentos especializados (hotéis e restaurantes)	Não atende	Não identificável, por depender de negociações individualizadas com os estabelecimentos	
5	Contratação de empresa especializada na disponibilização de hospedagem e alimentação para execução no regime de empreitada por preço unitário	Atende	R\$ 897.077,00 Considerando os valores médios e a utilização total dos serviços estimados no item IV.1	f

Frisa-se ainda que, nas pesquisas realizadas pela Seção de Cursos e Eventos da Academia Judicial, ficou constatado que as contratações similares de empresas especializadas em fornecimento de hospedagem e alimentação, destinados a cursos e eventos institucionais e de capacitação, geralmente são efetuadas por licitação, na modalidade de Pregão eletrônico, tipo menor preço.

Diante do exposto, verificou-se que, dentre as soluções analisadas neste Estudo Técnico Preliminar, a contratação de empresa especializada na disponibilização de serviços de hospedagem e alimentação, sob o regime de empreitada por preço unitário, constitui a única alternativa tecnicamente viável para atender de forma integral, segura e contínua à necessidade pública identificada.

A escolha dessa solução decorre de criteriosa análise técnica e mercadológica, fundamentada em requisitos considerados essenciais e indissociáveis para a adequada execução das atividades desempenhadas pela Academia Judicial.

V.2 Indicação sobre a natureza dos bens apontados nas soluções disponíveis:

Não se aplica, considerando que se trata somente da contratação de serviços.

VI. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO):

VI.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens?

Trata-se de contratação por grupo de itens.

VI.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução?

A adjudicação será por grupo de itens, isto é, o objeto será adjudicado a uma única empresa, visto que os serviços serão realizados de forma integrada. Dentro desse contexto, é fundamental que uma única empresa seja a responsável pela hospedagem, almoço e jantar para um atendimento célere, com economia de escala e redução de custos de gestão de contratos.

VII. RESULTADOS PRETENDIDOS:

VII.1 Benefícios diretos

É de interesse da política institucional da Academia Judicial manter a possibilidade de fornecer, eventualmente, os serviços de hospedagem e alimentação adequados aos formadores e instrutores externos nos cursos e eventos realizados na Região da Grande Florianópolis.

VII.2 Benefícios indiretos

Possibilitar a realização de cursos e eventos de excelência pela Academia Judicial na Região da Grande Florianópolis;

Proporcionar melhor capacitação e aperfeiçoamento aos magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, de forma a qualificar a prestação dos serviços jurisdicionais à sociedade.

VIII. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

VIII.1 Será necessário realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual?

Não há necessidade.

VIII.2 Será necessário realizar alguma adequação de ambiente para que o instrumento contratual possa ser celebrado?

Não há necessidade.

IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

IX.1 Será necessária alguma contratação interdependente para o início desta que será contratada?

Não há necessidade.

IX.2 Será necessária alguma contratação correlata a esta que será contratada?

Não há necessidade.

X. IMPACTOS AMBIENTAIS e PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

X.1 Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, preencher uma das seguintes alternativas

(X) Esta contratação possui item com critérios de sustentabilidades indicados como requisito sustentável (itens III.3.1 a III.3.6)

() Apesar de haver critérios de sustentabilidade, optou-se por não adotá-los.

() Não há critérios de sustentabilidade.

X.1.1 Qual a justificativa da não adoção de critérios de sustentabilidade ou de não haver critérios de sustentabilidade?

Não se aplica.

X.2 Houve consulta ao Guia de Contratações Sustentáveis do PJSC pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação?

Sim.

XI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO QUE MELHOR ATENDE À NECESSIDADE PÚBLICA:

A Academia Judicial vem utilizando diferentes soluções de acordo com a necessidade ou não do comparecimento dos participantes de forma presencial nos cursos e eventos que promove, sempre considerando a necessidade pública.

Nesse contexto, quando a iniciativa de ensino for ofertada na modalidade presencial, a melhor solução para ofertar estadia e alimentação adequadas aos formadores e instrutores externos que eventualmente façam jus ao benefício, é a contratação de empresa especializada para fornecer os serviços de hospedagem e alimentação em nome próprio, com execução indireta por terceiros, no regime de empreitada por preço unitário. Tal solução é a única que garante disponibilização perene de estabelecimentos com padrão mínimo de qualidade, além de permitir maior controle institucional sobre a execução do serviço.

Todas as demais soluções pesquisadas pecam no atendimento à necessidade pública, desde a inviabilização das iniciativas, como no caso da opção pela realização de cursos e eventos sem o oferecimento dos serviços, passando pela variação na qualidade, ausência de padronização e dificuldade de controle na opção pela utilização de reembolso ou vales, até sujeição à indisponibilidade dos estabelecimentos pela lotação ou locação do espaço, por exemplo, no caso de contratação direta de hotéis e restaurantes pelo Poder Judiciário.

XII. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE:

A contratação de empresa especializada em disponibilizar os serviços de hospedagem e alimentação para os cursos/eventos realizados pela Academia Judicial na região da Grande Florianópolis, para execução no regime de empreitada por preço unitário, se apresenta como a melhor solução à adequada correspondência entre o objeto e a necessidade institucional, evitando prejuízos à realização das atividades formativas e garantindo a eficiência na gestão dos recursos públicos.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Aline Flores, Analista Jurídica**, em 28/04/2026, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Luz, Técnico Judiciário Auxiliar**, em 28/04/2026, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo de Dea Roglio, Chefe de Divisão**, em 28/04/2026, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10556682** e o código CRC **68A956EC**.